



1º SIMULADO

XXXVI

EXAME DE ORDEM

2º FASE

POR QUE FAZER O SIMULADO?

São muitos os benefícios. Veja abaixo os principais:

Você poderá praticar seus estudos.

Terá a oportunidade de identificar o que precisa reforçar

Assistir as resoluções em vídeo!

Poderá treinar seu emocional

Para tirar todas as suas dúvidas, assista à resolução em vídeo deste simulado que será disponibilizada na área de Videoaulas do aplicativo OAB de Bolso!



Conheça os benefícios para a 2ª fase dos Estudantes Premium do OAB de Bolso:

- **Simulados com resolução em vídeo:** você terá acesso a simulados como esse, totalmente resolvidos em vídeo por nossa equipe de Professores.
- **Top 10 Gabaritado:** os principais assuntos da prova de 2ª fase são abordados através de uma sequência de videoaulas com resolução de questões.
- **Peças comentadas:** você precisa aprender o que a banca espera de você durante a prova. Através dos comentários e vídeos sobre as peças, você poderá adquirir a segurança necessária no dia do Exame.
- **Dicas Diárias:** Você poderá acessar dicas de estudo diariamente, além de poder visualizar as 30 últimas dicas.
- **Questões comentadas:** São muitas questões de segunda fase, comentadas em texto e em vídeo esperando por você.
- **Aula de marcação de Vade Mecum:** Uma videoaula desmistificando todas as suas dúvidas sobre a marcação do código.

Os materiais mencionados acima fazem parte de nosso cronograma, que é cuidadosamente preparado a cada edição do Exame de Ordem. Eles serão disponibilizados aos poucos até o dia da prova, não deixe de ser Estudante Premium e faça a sua preparação com o OAB de Bolso.

Para ser um Estudante Premium acesse: www.oabdebolso.com/comprar

Bom simulado.

Leia as informações abaixo com atenção.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Durante a aplicação da prova **não** será permitido:
 - a) qualquer tipo de comunicação entre os examinandos;
 - b) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - c) portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou qualquer acessório de chapelaria, como chapéu, boné, gorro, etc., e ainda lápis, lapiseira, borracha ou corretivo de qualquer espécie.
- Será coletada a impressão digital dos examinandos no caderno de textos definitivos.
- O tempo disponível para esta prova será de 5 (cinco) horas, já incluído o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as respostas constantes do caderno de textos definitivos.
- Somente após decorridas duas horas do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem levar o caderno de rascunho.
- O examinando somente poderá retirar-se do local de aplicação, levando consigo o **caderno de rascunhos** (prova prático-profissional), a partir dos últimos **60 (sessenta)** minutos do tempo destinado à realização do Exame. Quando terminar sua prova, entregue o caderno de textos definitivos, devidamente preenchido e assinado, ao fiscal da sala.
- Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas. Esses examinandos poderão acompanhar, caso queiram, o procedimento de conferência da documentação da sala de aplicação, que será realizada pelo Coordenador da unidade, na coordenação do local de provas. Caso algum desses examinandos insista em sair do local de aplicação antes de presenciar o procedimento descrito, deverá assinar termo desistindo do Exame. Caso se negue, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas.

Boa prova!

***ATENÇÃO:** ANTES DE INICIAR A PROVA, VERIFIQUE SE **TODOS** OS SEUS APARELHOS ELETRÔNICOS FORAM ACONDICIONADOS E LACRADOS DENTRO DA EMBALAGEM PRÓPRIA. CASO A QUALQUER MOMENTO DURANTE A REALIZAÇÃO DO EXAME VOCÊ SEJA FLAGRADO PORTANDO QUAISQUER EQUIPAMENTOS PROIBIDOS PELO EDITAL, SUAS PROVAS PODERÃO SER **ANULADAS**, ACARRETANDO EM SUA **ELIMINAÇÃO** DO CERTAME.

1º SIMULADO - 2ª FASE XXXVI EXAME DE ORDEM: DIREITO ADMINISTRATIVO

A resolução em vídeo do Simulado estará disponível na área de Videoaulas no app do **OAB de Bolso**

Acesse www.oabdebolso.com/download no seu celular para baixar o aplicativo.

PEÇA PROFISSIONAL

Considerando o contexto da pandemia do novo coronavírus, a sociedade empresária Beta, do ramo farmacêutico, passou a produzir o medicamento Z, sem as prévias autorizações legais exigidas pelos órgãos competentes. À revelia de qualquer embasamento científico, o intuito da farmacêutica seria anunciar e vender o medicamento, como se eficaz fosse, para a prevenção e tratamento da Covid-19. Antes que qualquer unidade do medicamento fosse colocada à venda, a indústria farmacêutica foi fiscalizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária que, agindo com base na legislação de regência e no regular uso de seu poder de polícia, lavrou auto de infração e, após processo administrativo sanitário, aplicou a sanção administrativa cabível à sociedade empresária Beta, diversa da interdição do estabelecimento. Logo após a vistoria, e antes mesmo de concluído o mencionado processo administrativo, levado a cabo pela Anvisa, os sócios administradores da sociedade empresária Beta desistiram de produzir o medicamento Z, incineraram os produtos irregulares já produzidos e os insumos destinados à produção de novos. O Ministério Público Federal recebeu representação de farmacêutica concorrente que noticiou estar ocorrendo a produção ilegal de medicamentos para prevenção e tratamento do Covid-19 pela sociedade empresária Beta e informou que a Anvisa não adotou qualquer medida para a fiscalização dos fatos. Mesmo sabedora de que a Anvisa já havia atuado no caso e que a sociedade empresária Beta já havia desistido de produzir e vender o medicamento Z, a noticiante, dolosamente, omitiu tais informações na notícia de fato que apresentou ao MPF. Diante da gravidade da situação que lhe foi apresentada, o Ministério Público Federal ajuizou de imediato ação civil pública em face da Anvisa e da sociedade empresária Beta requerendo, em relação a esta última, inaudita altera pars, a concessão de tutela provisória de urgência para a interdição de todas as suas atividades, inclusive a produção de outros medicamentos devidamente licenciados, o que foi integralmente deferido pelo juízo da 1ª Vara Federal da Comarca da Capital do Estado Alfa. Imediatamente após receber a citação para responder à ação civil pública e à intimação para cumprimento da tutela provisória deferida, a sociedade empresária Beta procurou você, como advogado(a), para a defender. Redija o recurso cabível, que possa levar o tema ao segundo grau de jurisdição, com intuito de reformar o mais rápido possível a decisão judicial que decretou a interdição narrada. (Valor: 5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

Veja o **comentário em vídeo** para essa questão do simulado na área de **Videoaulas** do aplicativo **OAB de Bolso**. Se você ainda não possui o aplicativo instalado em seu celular ou tablet, acesse:

www.oabdebolso.com/download)

QUESTÃO 1

Em sede de controle realizado pelo Tribunal de Contas da União sobre contrato de obra de grande vulto, celebrado entre a União e a sociedade empresária Alfa, foi apurada a existência de fraudes na respectiva licitação, além de graves vícios insanáveis na formalização da avença. No procedimento administrativo de apuração, apenas a União foi instada a se manifestar e, após a consideração dos argumentos apresentados por esta, a Corte de Contas prolatou decisão no sentido de sustar, diretamente, a execução do contrato e notificou o poder executivo para tomar, de imediato, as providências cabíveis. Os representantes da sociedade empresária Alfa procuram você, na qualidade de advogado(a), para responder, fundamentadamente, aos questionamentos a seguir.

A) sociedade empresária Alfa deveria ter sido chamada pelo Tribunal de Contas a participar do processo administrativo de apuração? (Valor: 0,65)

B) A Corte de Contas é competente para realizar, diretamente, o ato de sustação do aludido contrato? (Valor: 0,60)

QUESTÃO 2

O governo de certo estado da Federação está realizando, no ano corrente, estudos para criar uma agência reguladora para os serviços de transporte intermunicipal, a ser denominada Mobilidade. Concluiu-se pela necessidade de lei para criar a mencionada entidade autárquica, com a delimitação das respectivas competências relacionadas à atividade regulatória, a abranger a edição de atos normativos técnicos para os serviços públicos em questão, segundo os parâmetros estabelecidos pela lei (as funções de fiscalização, incentivo e planejamento). Apontou-se, ainda, que o quadro de pessoal de tal entidade deveria adotar o regime de emprego público, submetido à Consolidação das Leis do Trabalho, sob o fundamento de ser mais condizente com o princípio da eficiência. Diante dessa situação hipotética, responda, fundamentadamente, aos questionamentos a seguir.

A) Existe respaldo constitucional para a competência regulatória a ser atribuída à agência Mobilidade? (Valor: 0,60)

B) É possível adotar o regime de pessoal sugerido? (Valor: 0,65)

QUESTÃO 3

O Estado Gama, para prestar os serviços de captação e tratamento de água, uniu-se aos municípios localizados em seu território, formando um consórcio público de direito público. Devido ao aumento da população, foi necessário buscar novos mananciais, o que acarretou a necessidade de construção de novas adutoras. Por consequência, a nova tubulação precisará passar por áreas particulares, prevendo-se, com isso, a instituição de novas servidões. Na qualidade de advogado(a) consultado(a), esclareça os itens a seguir.

- A) Os entes da federação consorciados podem ceder servidores para o consórcio público? (Valor: 0,65)
- B) O consórcio público em questão pode instituir servidão? (Valor: 0,60)

QUESTÃO 4

Luiz é servidor de determinado órgão consultivo federal, ao qual compete a emissão de pareceres que são considerados, por lei, obrigatórios e vinculantes. Por estar assoberbado de trabalho, Luiz não conseguiu elaborar, em tempo, o parecer que afeta os interesses da sociedade empresária Alfa. Decorrido o respectivo prazo, a Administração deu prosseguimento ao processo administrativo, para que fossem adiantadas outras providências. Após longo período, mas antes da conclusão do processo, Daniel finalmente apresentou sua opinião técnica, fundamentada em entendimento controvertido, mas que foi determinante para o posicionamento da autoridade competente. A orientação adotada mostrou-se contrária aos interesses da mencionada sociedade, causando-lhe prejuízos, à vista dos quais tal pessoa jurídica dispõe-se a buscar as vias pertinentes para a responsabilização administrativa pessoal do parecerista. Considerando que o processo administrativo em questão não conta com legislação acerca de rito específico, responda, fundamentadamente, aos questionamentos a seguir.

A) O processo administrativo poderia ter prosseguido sem a apresentação do parecer de Daniel? (0,60)

B) A existência de controvérsia é suficiente para a responsabilização administrativa pessoal de Daniel por sua opinião técnica? (0,65)

Veja o **comentário em vídeo** para essa questão do simulado na área de **Videoaulas** do aplicativo **OAB de Bolso**. Se você ainda não possui o aplicativo instalado em seu celular ou tablet, acesse: www.oabdebolso.com/download

Veja o **comentário em vídeo** para essa questão do simulado na área de **Videoaulas** do aplicativo **OAB de Bolso**. Se você ainda não possui o aplicativo instalado em seu celular ou tablet, acesse: www.oabdebolso.com/download)